

Contrato nº 19/2018-MEJC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23528.003774/2018-86

Contrato Nº 19/2018, para a execução de serviços de coleta externa, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde dos grupos A e E (resíduos infectantes e perfurocortantes) e do grupo B (resíduos químicos), gerados nas dependências da Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, filiada à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a empresa BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA, nos termos da Licitação Eletrônica nº 14/2018, para o fim que especifica.

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0013-87, com sede na Av. Nilo Peçanha, 270 – Petrópolis, neste ato representada pelo seu Superintendente, LUIZ MURILLO LOPES DE BRITTO, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], nomeado pela Portaria 209/2017-EBSERH, de 01 de setembro de 2017, publicada no DOU nº 170 de 04/09/2017 e por seu Gerente Administrativo Dilson de Anchieta Rodrigues, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED] nomeado através da portaria nº 296/2014 publicada no Boletim de Serviço nº 41, de 02 de junho de 2014, ambos no uso das atribuições conferidas pelo artigo 61 de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011. **CONTRATADA: BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, com sede na Rodovia BR 232, s/n, lote 03, Distrito Industrial, Pombos/PE, CEP 55.630-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.863.530/0001-80, representada neste ato pela Sra. Renata de Carvalho Borborema Henrique, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED]

Conforme o Processo nº **23528.003774/2018-86** e em observância às disposições das Leis nº 13.303, de 30 de julho de 2016, nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dos Decretos nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, nº 2.271, de 7 de julho de 1997, nº 7.203, de 04 de junho de 2010, da Instrução Normativa nº 01/2010 – SEGES/MPDG (Sustentabilidade), da Instrução Normativa nº 5/2017 – SEGES/MPDG e, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EBSERH, aprovado por intermédio da Resolução nº 71, de 28 de junho de 2018, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 14/2018**, mediante as cláusulas condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de coleta externa, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde dos grupos A e E (resíduos infectantes e perfurocortantes) e do grupo B (resíduos químicos), gerados nas dependências da Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, filiada à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital da Licitação nº 14/2018 e seus anexos, mormente o Anexo II – Termo de Referência:

1.1.1.1 A Tabela, a seguir, apresenta o conjunto de serviços a serem prestados que compõem o objeto do Contrato:

ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA QUANTATIVO GERADO NA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO			
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	ACONDICIONAMENTO	QUANT. KG MENSAL
GRUPO A. Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características podem apresentar risco de infecção.	Subgrupo A1 Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os medicamentos hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos, atenuados ou inativados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética. Resíduos resultantes da atividade de ensino e pesquisa ou atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido. Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta. Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.	BOMBONAS	Kg
	Subgrupo A3 Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou		

	estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou seus familiares. Subgrupo A4 Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados. Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares. Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons. Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo. Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. Peças anatômicas (órgãos e tecidos), incluindo a placenta, e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica. Cadáveres, carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos. Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual póstransusão. Subgrupo A5 Órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para príons, de casos suspeitos ou confirmados, bem como quaisquer materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, suspeitos ou confirmados, e que tiveram contato com órgãos, tecidos e fluidos de alta infectividade para príons. - Tecidos de alta infectividade para príons são aqueles assim definidos em		
--	--	--	--

	documentos oficiais pelos órgãos sanitários competentes.		
GRUPO B. (Resíduos químicos)	Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade e quantidade. Produtos farmacêuticos Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas. Demais produtos considerados perigosos: tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos.	BOMBONAS (Para químico líquido ou pastoso)	Kg
		CONTAINER ECOLÓGICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LÂMPADAS	Kg
		CAIXA BOX (para descarte de remédios / fármacos)	Kg
		CONTAINER ESPECÍFICO PARA PILHAS E BATERIAS	Kg
Grupo E (perfurocortante ou escarificante)	Resíduos perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, fios ortodônticos cortados, próteses bucais metálicas inutilizadas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri)	BOMBONAS	Kg

1.2 Tanto o Termo de Referência da Licitação, como os seus adendos que o integram deverão ser observados pela CONTRATADA para execução dos serviços objetos deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1 Conforme item 7 do Termo de Referência e Adendo II – Instrumento de Medição de Resultados - IMR, partes integrante do Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 102.858,00 (Cento e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), considerando o quantitativo estimado dos serviços especificados e os preços unitários a seguir apresentados:

3.1.1. R\$ 2,17 (Dois reais, e dezessete centavos), preço unitário por Kg (quilograma) de resíduos classificados nos **GRUPOS A e E**; e

3.1.2. R\$ 2,17 (Dois reais, e dezessete centavos), preço unitário por Kg (quilograma) de resíduos classificados no **GRUPO B**.

3.2. O valor total da contratação, citado no **subitem 3.1**, representa uma estimativa para execução da totalidade dos serviços, o que não obriga a administração requisitá-los parcial ou integralmente; mas sim a depender da sua real demanda mensal destinada à coleta de resíduos.

3.3. Nos valores descritos acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1 Conforme item 20 do Termo de Referência, parte integrante do Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os valores unitários serão reajustados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice inflacionário oficial que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para a apresentação da proposta.

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3. O reajuste não deve ser concedido de ofício, haja vista a necessidade de garantir a manifestação de concordância da CONTRATADA com todos os seus termos.

6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO

6.1. As partes contratantes, durante a vigência do contrato, poderão solicitar revisão do valor contratado nas seguintes situações, devidamente comprovadas:

6.1.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução do ajustado e que ocasionem aumento nos encargos;

6.1.2. Substantial alteração de preços ou custos pela criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou ainda pela superveniência de disposições legais, todas ocorridas após a data da apresentação da proposta, as quais comprovem a variação por meio de notas fiscais, faturas, tabelas de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e/ou outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão.

6.2. Apresentado o pedido de revisão com os respectivos documentos comprobatórios, os representantes das partes contratantes analisarão em conjunto os seus fundamentos, sobretudo o evento narrado como causador do superveniente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.3. Não subsistirá direito à revisão quando constatadas ausência de elevação dos encargos; ocorrência do evento anterior à formulação da proposta; ausência de nexo de causalidade entre o fato ocorrido e a hipotética majoração dos encargos; bem como por culpa da própria parte reivindicante pela majoração dos seus encargos, incluindo a previsibilidade da ocorrência do fato.

6.4. Para instruir a decisão da revisão do valor contratado serão realizadas pesquisas de mercado, a fim de verificar os preços praticados.

6.5. Os valores contratados poderão também ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo à CONTRATANTE promover as negociações junto à CONTRATADA. Caso esta não aceite reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado, conforme pesquisa atual, será liberada do compromisso assumido sem aplicação de penalidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA

7.1 O Contrato a ser firmado vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, com início em 31 / 12 / 2018 e encerramento em 31 / 12 / 2019, podendo ser prorrogado sucessivas vezes, no interesse comum das partes contratantes, até o limite de 60 (sessenta) meses ou 5 (cinco) anos, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 e desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 7.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 7.1.2 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 7.1.3 Seja apresentada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 7.1.4 Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 7.1.5 Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- 7.1.6 Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

7.2 Não há direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.3 Eventuais prorrogações do prazo contratual deverão ser firmadas no decorrer da vigência contratual e por intermédio da celebração de termos aditivos.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, provenientes da prestação de serviços para o Sistema Único de Saúde – SUS, conforme classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO
109660	6153100300	339039	2018NE801895

8.2 As despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1 Conforme item 16 do Termo de Referência, parte integrante do Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

10.1 Conforme item 18 do Termo de Referência e Adendo II, parte integrante do Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 Conforme item 17 do Termo de Referência, parte integrante do Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Conforme item 14 do Termo de Referência, parte integrante do Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Conforme item 15 do Termo de Referência, parte integrante do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A CONTRATADA comete infração contratual, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, que:

14.1.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.1.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação e do contrato;

14.1.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.4 Não aceitar ou não retirar a nota de empenho, ou não assinar a ata de registro de preço ou o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.5 Apresentar documentação falsa;

14.1.6 Deixar de entregar os documentos exigidos no contrato;

14.1.7 Ensejar o retardamento da execução do contrato;

14.1.8 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.9 Não manter a proposta;

14.1.10 Cometer fraude fiscal;

14.1.11 Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3 Caso a CONTRADA cometa qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1 advertência;



14.3.2 multa de até 10% (10 por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

14.3.3 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3.4 multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento) quanto à inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia;

14.3.5 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSERH por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.4 As penalidades de advertência (subitem 14.3.1) e de suspensão ou impedimento (subitem 14.3.5) poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa (subitem 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4).

14.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH e, quando não colidir com esta norma, o procedimento descrito na Norma Operacional nº 03, de 03 de junho de 2016, publicada no Boletim de Serviços Nº 169, de 06 de junho de 2016, que versa sobre os procedimentos administrativos voltados à aplicação de sanções administrativas a licitantes, no âmbito da EBSERH, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

14.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8 Aplicam-se as sanções criminais previstas na Lei nº 8.666/93.

14.9 Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

14.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação também estão previstas no Termo de Referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. A rescisão do Contrato poderá ser:

15.1.1. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;

15.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a EBSERH e para o contratado; e

15.1.3. Por determinação judicial.

15.2. Constituem motivo para rescisão unilateral do Contrato:

- 15.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 15.2.2. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 15.2.3. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- 15.2.4. A prática de atos lesivos à CONTRATANTE previstos na Lei nº. 12.846/2013;
- 15.2.5. A inobservância da vedação ao nepotismo;
- 15.2.6. A prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CONTRATANTE, direta ou indiretamente;
- 15.3. A rescisão decorrente dos motivos acima elencados será efetivada após o regular processo administrativo.
- 15.4. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÕES

- 16.1.1 É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

- 17.1 É possível a alteração contratual, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:
 - 17.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - 17.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites estabelecidos nos itens 15.2 e 15.3 deste contrato;
 - 17.1.3. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - 17.1.4. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - 17.1.5. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
 - 17.1.6. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências

incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

17.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

17.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 15.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

17.4 No caso de supressão de bens ou serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

17.5 A variação do valor contratual para fazer face a reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1 Conforme item 21 do Termo de Referência, parte integrante do Contrato.

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANTICORRUPÇÃO

19.1 Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

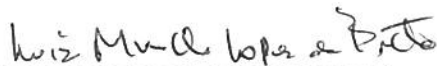
20.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

21.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte para nele dirimirem-se dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

21.2 E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

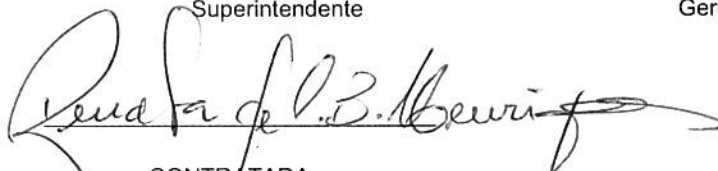
Natal (RN), 31 de dezembro de 2018.



CONTRATANTE
Luiz Murillo Lopes de Brito
Superintendente



CONTRATANTE
Dilson de Anchieta Rodrigues
Gerente Administrativo



CONTRATADA
Renata de Carvalho Borborema Henrique

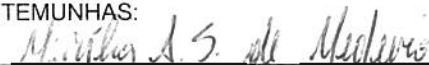
11.863.530/0001-80

BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA

Rodovia BR 232, s/n - Lote 03
Distrito Industrial - CEP: 55.630-000

L Pombos-PE L

TESTEMUNHAS:

1ª 

CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED]

2ª 

CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED]

ANEXO I

ITENS DO CONTRATO

Contrato nº	01/2019 - MEJC
Objeto	EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A E E (RESÍDUOS INFECTANTES E PERFUROCORANTES) E DO GRUPO B (RESÍDUOS QUÍMICOS), GERADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO - MEJC, FILIAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH

1	COLETA EXTERNA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES (GRUPOS: A E E)	KG	R\$ 2,1700
	CATSER: 1938-0 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A E E (RESÍDUOS INFECTANTES E PERFUROCORANTES), GERADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO - MEJC, FILIAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES -EBSERH.		
	Quant. Int.		
	155015 - EBSERH - MATERNIDADE JANUARIO CICCO		45000
2	COLETA EXTERNA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES (GRUPO: B)	KG	R\$ 2,1700
	CATSER: 1938-0 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO GRUPO B (RESÍDUOS QUÍMICOS), GERADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO - MEJC, FILIAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES -EBSERH.		
	Quant. Int.		
	155015 - EBSERH - MATERNIDADE JANUARIO CICCO		2400

per